



Grupos de interlocução como técnica de produção e sistematização na pesquisa em educação

Groups of interlocution as a technique of production
and sistematization on Education research

**Liliana Soares Ferreira^[a], Bruna Pereira Alves Fiorin^[b],
Cláudia Letícia de Castro do Amaral^[c], Mariglei Severo Maraschin^[d]**

^[a] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS - Brasil, e-mail: anailferreira@yahoo.com.br

^[b] Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pedagoga no Núcleo de Apoio à Aprendizagem na Educação da UFSM, Santa Maria, RS - Brasil, e-mail: brualves_22@yahoo.com.br

^[c] Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), professora do Colégio Politécnico da UFSM, Santa Maria, RS - Brasil, e-mail: doamaral.claudia@hotmail.com

^[d] Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), professora do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, RS - Brasil, e-mail: marigleism@hotmail.com

Resumo

Este artigo discute a pesquisa em educação na atualidade, considerando o viés da perspectiva crítica de apreensão do real, e a utilização de grupos de interlocução como técnica apropriada a ela. Inclusa no campo educacional, a pesquisa formaliza-se, passa a ser uma

ação pedagógica cujos objetivos revelam a intencionalidade da instituição e do pesquisador. O grupo de interlocução é apresentado como um momento de interação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, a fim de socializar os resultados do estudo e discutir sobre esses dados e sobre questões que ainda necessitam ser ampliadas. Por meio da linguagem, cada um dos sujeitos da pesquisa apresenta suas concepções, influenciados por suas experiências, mas, a partir deste momento de diálogo e interação, terão a possibilidade de socializar e problematizar o tema pesquisado com sujeitos que, possivelmente, tem algo comum entre si devido a sua proximidade com a pesquisa desenvolvida. Considera-se que o grupo de interlocução é mais do que uma coleta, apresentação ou quantificação de dados, é um momento de problematização conjunta acerca da pesquisa.

Palavras-chave: Grupo de interlocução. Pesquisa. Educação. Linguagem.

Abstract

This article discusses research on education nowadays, based on a critical perspective of reality, considering the use of interlocution groups as a suitable technique to that. In educational field, researches becomes formal, a pedagogical action; whose aims reveal the institution and researcher's intention. The interlocution group is presented as an interaction moment between the researcher and the researched individuals in order to socialize the results of the study and to discuss about those data and about issues that need clarification. Through language, each research individual presents his/her conceptions, influenced by his/her experiences, but since this moment of dialogue and interaction, they will be able to socialize and discuss the theme with individuals which possibly have something in common with the rest of the group due to their proximity with the developing research. It considers that groups of interlocution are more than data collection, presentation or quantification; it is a moment of problematization about the research.

Keywords: Groups of interlocution. Research. Education. Language.

Introdução

Há algum tempo, compreende-se a pesquisa em educação como importante produção não somente no sentido de elaborarem-se entendimentos acerca da educação, mas como produção efetiva de um trabalho que pode se constituir em vetor para mudanças necessárias na escola e nos projetos pedagógicos. Para tanto, tem-se buscado encontrar alternativas que tornem mais efetiva a pesquisa educacional. Assim, neste artigo, pautado em uma abordagem dialética de compreensão do real, e a partir de uma pesquisa bibliográfica, são apresentadas considerações sobre grupos de interlocução, entendidos como técnica de produção e de sistematização na pesquisa em educação.

Portanto, parte-se do pressuposto que pesquisar é um modo de produzir conhecimento e pode se constituir na base para o planejamento e realização do trabalho pedagógico, a aula, e em decorrência, produzir a escola, produzir educação. Nesse processo, os grupos de interlocução são tempos e espaços para a produção coletiva do conhecimento, ainda durante a pesquisa.

Do mesmo modo, entende-se ser necessário pensar sobre como têm sido produzidos os dados pelos pesquisadores. Em recente artigo “Pós-graduação e suas interlocuções com a Educação Básica”, a professora Flávia Werle realiza estudo analisando as possibilidades de, na área da Educação, processar-se uma interlocução com sentido de diálogo, compartilhamento e reciprocidade, entre a pós-graduação e a Educação Básica (EB):

[...] a interlocução é necessária para sustentar a pesquisa e o ensino, para um projeto reflexivo de desenvolvimento e de identidade profissional, para o desenvolvimento do sistema nacional de educação para a qualificação da EB à pós-graduação. Meu argumento é de que *interlocução* é um elemento chave na educação brasileira que não se restringe à PG em educação frente à EB. A universidade, em todas as suas áreas, é que se coloca em interlocução com a EB e com a sociedade. Uma interlocução que precisa ser diversificada, fortalecida, pois é no todo da universidade que se faz educação, e é nesta dimensão do múltiplo que a interlocução com a EB está para ser tecida (WERLE, 2012, p. 433).

A experiência como pesquisadoras e orientadoras de pesquisa revelou o quão mais facilmente são organizados os procedimentos de produção dos dados e o quão mais dificilmente são analisados esses dados, sobretudo se a análise acontecer com base em uma perspectiva teórica e metodológica coerente e descrita aprofundadamente pelos pesquisadores. Parte-se do entendimento do trabalho científico como possibilidade simultânea de humanização da natureza e do homem e de que as transformações deles são efeito do trabalho (VIEIRA PINTO, 1979).

É nesse panorama que se defende os grupos de interlocução como uma maneira, ao mesmo tempo, de produção e de análise dos dados produzidos na pesquisa, portanto uma técnica adequada à apreensão dialética da realidade. Para elaborar este texto, foram sistematizados argumentos elaborados com base na experiência de pesquisa e em obras lidas sobre o tema. A escrita está apresentada em três sequências argumentativas: compreensões de pesquisa em educação, compreensão dos grupos de interlocução em sua interface com a pesquisa dialética, seguidas de uma descrição dos grupos de interlocução e da análise dessa técnica como possibilidade de aprofundamento do processo de análise e sistematização na pesquisa em educação.

Compreensões sobre pesquisa em educação

A pesquisa é apresentada como sendo a) mais que a aplicação de uma metodologia para encontrar respostas para uma problematização e é mais que uma prática de escola; b) um trabalho de produção e análise de dados com base em uma problematização elaborada pelo sujeito pesquisador. Quanto à primeira possibilidade, trata-se de uma contribuição social, sendo necessário assim entendê-la para produzir-se o que se tem denominado *gestão do pedagógico* (FERREIRA, 2008, 2010), o efetivo trabalho dos professores que é a produção e, nela, a produção do conhecimento em contextos políticos que influenciam e são influenciados por esse trabalho. Pensada dialeticamente, assim como constitui o trabalho

dos professores, da mesma forma, a pesquisa é uma atitude própria do ser humano. É possível afirmar que, desde suas ações mais elementares, o ser humano se dedica a investigar, a sondar, a entender como se organizam as relações sociais e o próprio mundo. Sendo assim, pesquisar é uma forma de o ser humano inserir-se no real, compreendendo-o, interferindo e relacionando-se e, em caso particular, de os professores realizarem seu trabalho pedagógico.

Inclusa no campo educacional, a pesquisa formaliza-se, passa a ser uma ação pedagógica cujos objetivos revelam a intencionalidade da instituição e do pesquisador. Cria o *status* de pesquisador para os sujeitos envolvidos na produção de conhecimentos, de modo que ajam a partir de um planejamento e cheguem aos resultados que imaginam. Nesse processo de busca sistemática dos resultados, acontecem relações que demandam análise, interpretação, sistematização, enfim, demandam constante pesquisa.

A grande dificuldade em se pensar a pesquisa em educação, sobretudo até o nível da graduação, reside no fato de ser este um procedimento diferenciado do clássico ensinar e aprender. Historicamente, a educação se caracteriza por ser tradicional: um mestre ensina, um aluno aprende. Essa caracterização é tão arraigada nos procedimentos pedagógicos que não chega a ser muito questionada, desde que efetivamente se ensine, desde que sejam transmitidos os valores e a cultura ao aprendiz. No entanto, pesquisas e estudos na área da Pedagogia mostram que aprender e ensinar não são processos antagônicos. Ao contrário, trata-se de uma relação social dialeticamente organizada. Essa mudança de perspectiva exige mudanças pedagógicas. Simplesmente o ensinar do professor e o aprender do aluno não são mais suficientes em um mundo cuja maior facilidade é acessar a informações, e a maior dificuldade, não raramente, é estabelecer relações, produzir conhecimentos. Obviamente, não se está afirmando que as práticas educativas escolares devam se reduzir a propostas do tipo “aprender a aprender”. Este tipo de proposta parece ignorar a necessária reflexão e intervenção transformadora do social, objetivo maior de qualquer trabalho pedagógico. Vale dizer, não há como pensar a educação se não for engajada, aliada a alguma forma de ação, e se não se pensar na necessária mudança social. Aparentemente, “aprender

a aprender” seria uma proposição cujo objetivo maior é tornar o aluno um pesquisador para além do tempo escolar, necessariamente sem se constituir um cidadão disposto a agir, refletir, tematizar a partir de seu ambiente e em conjunto com seus pares.

Quanto à segunda compreensão de pesquisa, a de ser produção do conhecimento a partir de uma problematização, geram-se duas outras compreensões: a) este tipo de pesquisa parece ser apenas ação de quem está realizando estudos acadêmicos e, assim, parece somente acontecer dentro das universidades de modo geral; b) tal pesquisa, contrariamente, é uma maneira de os sujeitos manterem-se como constantes indagadores de suas realidades, contribuindo para sua reescrita, a partir de suas descobertas.

Quanto ao item a, observa-se uma associação contínua entre realizar pesquisa e estar cursando graduação ou pós-graduação, de modo que a pesquisa é vista, não raramente, como enfadonha tarefa acadêmica. Nessa compreensão, parece se desgastar o aspecto concriativo da pesquisa: a de ser atividade eminentemente humana e humanizadora, um efetivo trabalho do ser humano que está sempre ávido de conhecer o mundo em seu entorno. Quanto ao item b, almeja-se uma compreensão de pesquisa em educação como atividade cotidiana, desde o contínuo perguntar-se acerca dos eventos pedagógicos dentro da escola, quanto aos encaminhamentos dados aos interesses de estudos sobre temáticas que conclamam os sujeitos a pensarem sobre sua realidade. Uma compreensão não invalida a outra. Entretanto, parece que a primeira impede haver iniciativas mais fluentes de pesquisa em educação nos cotidianos escolares.

Pensando sobre pesquisa em educação, cabe destacar ainda que a linguagem é duplamente importante: na intermediação do conhecimento e na relação direta com o desenvolvimento psicológico do ser humano. Uma linguagem pensada em suas características interativas, pelas quais os sujeitos podem observar a realidade, refletir e problematizá-la, organizar o modo como buscarão respostas para suas problematizações e, principalmente, analisar e sistematizar as respostas encontradas. Nesse sentido, a escola deveria ser considerada um ambiente linguístico em que sujeitos, com suas culturas, suas historicidades, seus saberes, produzem

conhecimento. Para que este possa se produzir, é importante o trabalho pedagógico dos professores, visando à valorização dos sujeitos, considerando que eles são estruturados a partir de desejos e emoções.

É nessa perspectiva que se tem pensado a pesquisa, como elaboração não somente de espaços interativos para a produção do conhecimento, mas possibilidade de gerar nos sujeitos e, entre eles, nos professores, a preocupação em produzir conhecimento, na medida em que se dedicam ao trabalho pedagógico. Um trabalho como este implica também uma concepção contemporânea de ciência. Nessa concepção, há a recusa do método cartesiano, evitando-se a separação entre sujeito e objeto, natureza e ser humano, e o mundo real é incorporado ao mundo científico, de maneira que o senso comum também é considerado um nível de conhecimento, desde que haja reflexão. O conhecimento passa a ser organizado no coletivo, forma também como deveria ser organizada uma escola que vise à emancipação dos sujeitos.

Ao se perceberem pesquisadores, os sujeitos orientam seu próprio processo de produção de conhecimento. Não é, com certeza, um esforço simples. Ao contrário, implica a reelaboração dos pressupostos que têm orientado a pesquisa. Outro modo é pensar a pesquisa como investigação. Gamboa (2007, p. 25) afirma que “investigação vem do verbo latino *Vestígio*, que significa ‘seguir as pistas’. Investigação significa a busca de algo a partir de vestígios”. O autor destaca ainda que a investigação constitui um processo metódico em que o caminho para se chegar ao objeto, o tipo de processo para se chegar a ele, o método ou o modo, é dado pelo tipo de objeto.

Toda investigação supõe um corpo teórico e este deve ter um método que lhe seja apropriado; porém, a relação importante no processo da elaboração do conhecimento é desvirtuada pela mistificação dos métodos que são desvinculados dos contextos teóricos, ainda mais, quando estes são utilizados indiscriminadamente, à maneira de uma moda, e a teoria é reduzida a um corpo de definições, a um simples marco de referência ou a uma revisão bibliográfica superficial (GAMBOA, 2007, p. 39).

Procura-se não entender *investigação* como sinônimo de *pesquisa*, atribuindo a este vocábulo uma maior abrangência de sentido em

relação àquele. Do mesmo modo, problematiza-se a restrição dos métodos e sua desvinculação dos contextos teóricos, principalmente quando se restringe as pesquisas de revisões bibliográficas pouco aprofundadas.

A prática da investigação tem as características do trabalho humano, porém nas condições de apenas cumprir um mero requisito acadêmico para a aquisição de um título ou ascender num grau universitário, essa dimensão se perde e se reduz a um “protocolo” que tende a ser repetido em outras pesquisas de teor apenas acadêmico [...] (GAMBOA, 2007, p. 42).

Nesse contexto, a pesquisa “[...] perde a capacidade de instrumento de conhecer a problemática da realidade à sua dimensão transformadora, como todo trabalho criativo deveria ter” (GAMBOA, 2007, p. 42). É isso que se busca evidenciar neste artigo, a relevância da pesquisa em educação não como mero requisito para obtenção de um título ou como simples prática de revisão acrítica, mas como uma atividade que visa à conhecer o campo educacional e, no caso específico dos professores, é um modo de realizar seu trabalho.

A metodologia crítica em pesquisa em educação

Em pesquisa, é importante que se tenha clareza sobre os procedimentos teórico-metodológicos que a orientam. A metodologia apresenta uma perspectiva (dialética, hermenêutica, dentre outras), uma abordagem (qualitativa, quantitativa), um procedimento e técnicas de coleta e análise de dados; dimensões que devem estar perfeita e coerentemente articuladas na pesquisa.

De qualquer forma, o método nunca deve ser entendido formação da pesquisa e da ação do pesquisador, mas como orientação prévia, atenta aos aspectos que caracterizam as escolhas feitas ao conceber pesquisa. Especialmente na educação, alguns aspectos são especialmente oportunos. Por exemplo, o privilégio da pesquisa qualitativa, o que não implica exclusão ou demonização (como querem alguns) da pesquisa quantitativa.

Preocupado em defender o sentido materialista da dialética marxiana, Friederich Engels (2000) se propôs a analisar os princípios daquilo que ele chamou de “dialética da natureza”, em uma obra do mesmo nome, e sistematizou o método de seu parceiro Marx, estabelecendo três leis gerais da dialética. Tais leis, na verdade, já se encontravam na obra *Ciência da lógica*, do idealista Hegel. São essas as leis: 1) Transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; 2) Interpenetração de contrários e 3) Negação da negação.

Ao tratar sobre tais leis, o professor da Unesp, José Lourenço Cidra (1998), explica que a primeira exprime o fato de que variações quantitativas sucessivas chegaram a um ponto de ruptura do processo, onde surgem novas fases ou qualidades. Na teoria do conhecimento, a lei da transformação da quantidade em qualidade exclui, por princípio, uma hipótese reducionista ao estilo do positivismo.

Assim, tendo em vista o materialismo histórico, desconsidera-se a dupla quantitativo-qualitativa enquanto dicotomia. Triviños (2008) explica que, para os marxistas, existe uma relação indispensável entre a transformação quantitativa e qualitativa, entendendo, assim, que toda pesquisa pode ser ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa. O entendimento de “qualitativo”, portanto, vai ao encontro de Minayo (1994, p. 15) para quem “o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo”, porque diz respeito às interações e elaborações humanas, historicamente produzidas.

Não há dúvida de que os horizontes teórico-metodológicos escolhidos para se entender fenômenos específicos devem ser condizentes com sua complexidade, possibilitando vislumbrar o que ela não revela sob determinadas “lentes”. Frigotto (1998, p. 26) ressalta que “um pressuposto fundamental, quando se propõe o debate teórico, deve ser que as escolhas teóricas não se justifiquem nelas mesmas”. De fato, são escolhas diversas, compondo-se, complementando-se, constituindo, enfim, a metodologia.

Método, ou melhor, métodos são os aspectos selecionados pelo pesquisador em função de suas concepções de ciência, dos temas e, sobretudo, da problematização do fenômeno. Não há métodos melhores ou piores, há métodos adequados e inadequados. Os pesquisadores precisam

conhecê-los para entender quais são apropriados às suas intencionalidades, ou percebê-lo condizentes aos seus aportes teóricos. Por isso,

Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que lhe é perguntada. Só uma constatação de método pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta. Numa fase de revolução científica como a que atravessamos, essa pluralidade de métodos só é possível mediante transgressão metodológica. Sendo certo que cada método só esclarece o que lhe convém e quando esclarece fá-lo sem surpresas, a inovação científica consiste em inventar contextos persuasivos que conduzam à aplicação dos métodos fora de seus habitat natural (SANTOS, 2006, p. 48)

Diante disso, optou-se pela perspectiva científica do materialismo histórico justamente por sua relação como o fluxo da história. A dialética é base filosófica do marxismo, a qual não se restringe a um campo específico do conhecimento. Sua característica central é a apreensão da realidade de forma abrangente, sob o viés da totalidade. Kuenzer (1998, p. 64) explica que a categoria totalidade

[...] implica a concepção da realidade enquanto um todo em processo dinâmico de estruturação e de autocriação, em que os fatos podem ser racionalmente compreendidos a partir do lugar que ocupam na totalidade do próprio real e das relações que estabelecem com os outros fatos no todo.

De acordo com essa tendência, os objetos de estudo são necessariamente considerados em desenvolvimento, mutação, relacionando-se a outros fenômenos, sendo entendidos como “síntese de múltiplas determinações” (MARX, 1983). De acordo com o materialismo histórico, nenhum fenômeno está isolado, pelo contrário, insere-se numa rede de contextos progressivamente mais amplos e complexos.

A dialética enfatiza as categorias de temporalidade (tempo) e da historicidade (origem, evolução, transformação) para compreender um fenômeno. Nesse sentido, é preciso que as diferentes fases de evolução

sejam articuladas, de tal maneira que as mais desenvolvidas sejam a chave da explicação das menos desenvolvidas e vice-versa (TRIVIÑOS, 2008).

Kuenzer (2012) aponta que, além da contradição e da totalidade, a práxis e a mediação são categorias metodológicas fundamentais para pesquisas baseadas no materialismo histórico. Para a autora, elas devem dar suporte à pesquisa, mostrando que o conhecimento novo será produzido através da permanente e sempre crescente movimento do pensamento que vai do abstrato para o concreto através do empírico. Pela práxis que significa o efetivo movimento da teoria para a prática e desta para a teoria, busca-se a superação da dimensão fenomênica e aparente do objeto, buscando sua concretude (KUENZER, 2012).

Muitas são as técnicas possíveis para obtenção de dados na pesquisa qualitativa: questionários, entrevistas, pesquisa documental, observação, dentre outras. No entanto, diante do contexto apresentado, percebe-se a necessidade de uma técnica inerentemente dialética, que pressuponha interação, diálogo entre teoria e prática. Diante disso, este artigo propõe os grupos de interlocução como técnica de pesquisa, entendendo-se que se prestariam adequadamente à pesquisa em educação na atualidade, principalmente aquela que considera o materialismo histórico como horizonte teórico-metodológico, já que, conforme Werle (2012, p. 424), a interlocução é sempre situada historicamente.

Grupos de interlocução e a pesquisa em educação

O Grupo Kairós, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, pesquisa os temas Trabalho, Educação e Políticas Públicas, em uma perspectiva marxista de apreensão da realidade. O Grupo foi criado em 2008 e, desde lá, seus integrantes vêm desenvolvendo estudos na perspectiva crítica, que resultaram em um número já significativo de artigos, monografias e dissertações. A experiência com essas produções científicas e suas interlocuções com bancas avaliadoras, por exemplo, revelou a seus autores a necessidade de aprofundamento dos dados coletados por

entrevistas (técnica até então priorizada no Grupo), a fim de realmente constituí-los dialeticamente. É nesse contexto que se vem discutindo a técnica de grupos de interlocução como uma possibilidade viável e coerente para a pesquisa dialética em educação.

A técnica já foi utilizada por componentes do grupo em suas pesquisas como na dissertação de mestrado de Fiorin (2012), apresentada aqui. Busca-se esta ferramenta, pois se acredita que este momento da pesquisa é pedagógico no dialogar e compartilhar (WERLE, 2012). Dependendo da posição, das pressões, do tempo, das urgências e dos objetivos, as demandas de interlocução se alteram. Considerando especificamente o sentido da palavra “interlocução”, pauta-se em Werle (2012, p. 424) para considerar que

interlocução implica conversação entre duas ou mais pessoas, duas ou mais instituições, dois ou mais grupos. Este “dois ou mais” contém o diverso e o múltiplo. Este “dois ou mais” pode-se tornar-se muitos mais, com o que se transversalizam uma diversidade de interesses, intensidades e direcionalidades da interlocução, com isto se altera a condição de ouvir e dialogar com os interlocutores.

Este grupo é compreendido como “um momento de interação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa a fim de socializar os resultados do estudo e discutir sobre estes dados e sobre questões que ainda necessitam ser ampliadas” (FIORIN, 2012, p. 10). Ferreira (2006, p. 38) apresenta o grupo de interlocução como

[...] uma maneira de redimensionar diferentemente a pesquisa, extraindo-lhe a aparência de ser mero aproveitar-se do discurso da interlocutora e com a pesquisa se beneficiar, sem contribuir e sem socializar os resultados. Além do mais, é um encaminhamento da pesquisa capaz de torná-la atividade que congrega os sujeitos envolvidos, tendo a linguagem como ambiente da produção coletiva dos sentidos e do contínuo redimensionamento da ação, visando a encontrar respostas ao problema.

O grupo de interlocução é um complemento da pesquisa, não sendo a única técnica de coleta de dados. Antes deste grupo podem ser feitas: entrevistas, questionários, observações, ou outro tipo de coleta de dados envolvendo sujeitos de pesquisa.

Respeitadas as peculiaridades de cada pesquisa, o grupo de interlocução deve organizar-se levando em consideração alguns passos básicos, os quais sejam:

- 1 - exposição da proposta do grupo de interlocução para os sujeitos da pesquisa;
- 2 - apresentação de slides com os resultados da pesquisa e da coleta de dados inicial;
- 3 - discussão sobre os resultados da pesquisa;
- 4 - apresentação, pela/pelo pesquisador(a), de questões que surgiram após as análises dos dados;
- 5 - discussão sobre as novas questões apresentadas buscando ampliar a pesquisa e suprir algumas lacunas que possam ter ficado em relação à coleta de dados inicial;
- 6 - oportunizar um espaço em que os sujeitos exponham dúvidas sobre o tema ou sobre a pesquisa;
- 7 - esclarecimentos e sistematização (FIORIN, 2012).

Acredita-se que, a partir desta organização, o grupo de interlocução pode colaborar para a pesquisa que se está realizando, sendo um momento de apresentação, discussão, problematização e sistematização.

A partir da técnica, consegue-se, por exemplo, “[...] amenizar uma das críticas geralmente feitas às pesquisas que envolvem pessoas: a falta de resposta ou retorno em relação à participação na pesquisa” (FIORIN, 2012, p. 10).

É cada vez mais evidente a resistência de professores, pedagogos ou demais pesquisadores para participar de pesquisas em projetos, Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações ou Teses. Além de pouco tempo disponível, os sujeitos destacam que não tem retorno

sobre sua participação nas pesquisas. O que aconteceu com as informações fornecidas por eles? Como os dados foram analisados? Como pensavam os demais que também participaram da pesquisa? Estas são apenas algumas questões problematizadas por quem se disponibiliza a participar de uma pesquisa (FIORIN, 2012, p. 10).

Com base nesse contexto é possível perceber que

O grupo de interlocução vem ao encontro desta situação, tornando-se uma ferramenta de coleta e discussão dos dados, oportunizando, aos participantes do estudo, interagirem-se dos resultados e problematizarem questões apresentadas pelo(a) pesquisador(a) e por eles mesmos acerca do tema da pesquisa (FIORIN, 2012, p. 10).

Está-se referindo à interlocução, com base no sentido que Marques (1995, 1996) lhe atribui: a prática da linguagem é sempre interação, pressupõe que os sujeitos estejam envolvidos em uma situação dialógica, uma relação eu-tu: “Interlocução que não é simples amálgama de saberes prévios, o trespassa de uns nos outros; mas é aprender contra o previamente aprendido, negação do que já se sabe na constituição do novo saber, de saberes outros” (MARQUES, 1996, p. 14). Essa compreensão faz com que se retome uma discussão sobre a linguagem apresentada por Gramsci (1995, p. 13),

Se é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção do mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar da maior ou menor complexidade da sua concepção de mundo. Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos [...] Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e levá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido.

Dessa forma, pode-se afirmar que, através da linguagem, cada um dos sujeitos da pesquisa apresentará as suas concepções, influenciados

por suas experiências, mas, a partir deste momento de diálogo e interação, terão a possibilidade de socializar e problematizar o tema pesquisado com sujeitos que, possivelmente, tem algo comum entre si devido a sua proximidade com a pesquisa desenvolvida.

Complementando a discussão apresentada por Gramsci (1995), Gadamer (2004), ao problematizar a linguagem e o mundo, afirma que

A linguagem não é somente um dentre muitos dotes atribuídos ao homem que está no mundo, mas serve de base absoluta para que os homens tenham mundo, nela se representa mundo. Para o homem, o mundo está aí como mundo numa forma como não está para qualquer outro ser vivo que esteja no mundo. Mas esse estar-aí do mundo é constituído pela linguagem. [...] Não só o mundo é mundo apenas quando vem à linguagem, como a própria linguagem só tem sua verdadeira existência no fato de que nela se representa o mundo. A originária humanidade da linguagem significa, portanto, ao mesmo tempo, o originário caráter de linguagem do estar-no-mundo do homem. Precisamos seguir essa relação entre linguagem e mundo, para alcançarmos um horizonte adequado para o caráter de linguagem da experiência hermenêutica (GADAMER, 2004, p. 571-572).

Mundo aqui não pode ser entendido como ambiente, pois, na hermenêutica somente o ser humano tem mundo, pois somente o ser humano tem linguagem. “[...] O mundo é uma base comum que toda a gente reconhece, que une todos aqueles que nele comunicam” (PALMER, 1999, p. 208). Para o autor, este mundo está entre as pessoas, e se torna a compreensão que as pessoas partilham, é o meio onde essa compreensão acontece, e tudo isso é possibilitado pela linguagem, não entendida como instrumento, mas como campo de interação (PALMER, 1999).

Retomando a explicação sobre a escolha da expressão “grupo de interlocução”, já tendo entendido sua relação com a linguagem, pode-se ressaltar que há outro instrumento empregado na pesquisa qualitativa, o grupo de discussão. Entretanto, além de ser grupo de discussão, pensa-se que se constituem em grupos de interação, nos quais os participantes passam a se influenciar mutuamente, socializando suas experiências a partir da

linguagem. Este é o motivo pelo qual se optou por utilizar a expressão “grupo de interlocução” para denominar o conjunto dos envolvidos na pesquisa.

Com base no contexto apresentado, considera-se que o grupo de interlocução é mais do que uma coleta de dados, apresentação ou quantificação de dados, é um momento de problematização e socialização acerca da pesquisa.

Ainda como argumento para validar a técnica como legítima, vale lembrar Gatti (2005), para quem o ato de pesquisar se inviabiliza enquanto ato solitário, tanto para pesquisadores iniciantes como para experientes.

O pesquisador não trabalha sozinho, nem produz sozinho. A intercomunicação com pares, o trabalho em equipe, as redes de troca de ideias e disseminação de propostas e achados de investigação, os grupos de referência temática, constituem home uma condição essencial à realização de investigações científicas e ao avanço dos conhecimentos. Para os pesquisadores mais experientes, esse diálogo permanente com grupos de referência temática torna-se fundamental ao avanço crítico e criterioso em teorias, em metodologias e inferências. Para os menos experientes, ou iniciantes, é fundamental para sua formação, pois não se aprende a pesquisar, não se desenvolvem habilidades de investigador apenas lendo manuais. Essa aprendizagem processa-se por interlocuções, interfaces, participações fecundas em grupos de trabalho, em redes que se criam, na vivência e convivência (GATTI, 2005, p. 124).

Neste artigo, apresentaram-se os Grupos de interlocução como uma técnica de pesquisa qualitativa, coerente com o materialismo histórico, que possibilita o aprofundamento dos processos de obtenção, análise e sistematização de dados na pesquisa em educação, assim como acentua o caráter social da pesquisa.

Considerações finais

Neste trabalho, discutiu-se a pesquisa em educação como um modo de elaborar não somente espaços interativos para produção do

conhecimento, mas de gerar nos professores a preocupação em construir seu próprio conhecimento, na medida em que se dedicam à docência.

Além disso, apresentou-se o grupo de interlocução explicitando os motivos para sua utilização, assim como para sua denominação: mais do que um grupo de discussão, constituem-se em grupos de interação nos quais os participantes passam a se influenciar mutuamente, socializando suas experiências a partir da linguagem.

Pautada em uma visão dialética da realidade, apresentou-se o que é o grupo de interlocução, como realizá-lo e qual a sua relevância, evidenciando que este grupo é compreendido como um momento de interação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa a fim de socializar os resultados do estudo e discutir sobre estes dados e sobre questões que ainda necessitam ser ampliadas (FIORIN, 2012). É mais do que uma coleta de dados, apresentação ou quantificação de dados, é um momento de problematização conjunta acerca da pesquisa.

Sendo assim, acredita-se que a partir da realização de trabalhos científicos, ancorados na perspectiva do materialismo histórico, a utilização dos grupos de interlocução é um momento importante para ressignificação da pesquisa em educação colaborando para a dialogicidade e compartilhamento, bem como para transformação e humanização dos participantes. E, também para o desenvolvimento da consciência reflexiva.

Pelo trabalho o homem instrumentaliza os objetos que lhe são amais e os transforma em recursos para a ação sobre a natureza. Não é portanto a simples presença e apreensão das coisas que as torna o ponto de partida de uma representação consciente, mas a manipulação e fabricação das coisas para servirem de meio de ação relativamente a outras. Só então tem início o processo de transformação da natureza pelo homem, aquilo que é propriamente o trabalho consiste. Mas ao mesmo tempo inicia-se aí também a humanização do homem, pela formação da consciência reflexiva, capaz de apreender a realidade do mundo em forma de ideias abstratas (VIEIRA PINTO, 1979, p. 341).

É nesse contexto que os grupos de interlocução devem ser defendidos enquanto técnica de pesquisa, buscando a interlocução não só

entre os sujeitos de pesquisa ou entre estes e os pesquisadores, mas, principalmente, entre os resultados dessa pesquisa e a Educação e entre esta e a sociedade em geral.

Referências

CINDRA, J. L. A Física e as Leis da Dialética. *Revista Brasileira de Ensino de Física*. v. 20, n. 2, jun. 1998.

ENGELS, F. *A dialética da Natureza*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ENGELS, F. *Ciência da Lógica: excertos*. Trad. Marco Aurélio Werle. São Paulo: Editora Barcarolla, 2011.

FERREIRA, L. S. *Trabalho, profissionalidade e escola no discurso das professoras dos anos iniciais do ensino fundamental*. 2006. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FERREIRA, L. S. Gestão do Pedagógico: de qual pedagógico se fala? *Currículo sem Fronteiras*, v. 8, n. 2, p. 176-189, jul./dez. 2008.

FERREIRA, L. S. Pedagogia como ciência da educação: retomando uma discussão necessária. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*, v. 91, n. 227, p. 233-251, jan./abr. 2010.

FIORIN, B. P. A. *Trabalho e pedagogia: considerações a partir dos discursos de pedagogas na escola*. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. *Educação e crise do trabalho: perspectivas do final do século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GADAMER, H-G. *Verdade e Método II*. Complementos e índice. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GAMBOA, S. S. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argos, 2007.

GATTI, B. A. Formação de grupos e redes de intercâmbio em pesquisa educacional: dialogia e qualidade. *Revista Brasileira de Educação*, n. 30, p. 124-181, set./dez. 2005.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KUENZER, A. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 11. ed. Petropolis: Vozes, 2012. p. 55-75.

MARQUES, M. O. *Educação/interlocução, aprendizagem/reconstrução de saberes*. Ijuí: Editora Unijuí, 1996.

MINAYO, M. C. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

PALMER, R. E. *Hermenêutica*. Trad. Maria L. R. Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1999.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TRIVIÑOS, A. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA PINTO, A. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WERLE, F. Pós-Graduação e suas interlocuções com a Educação Básica. *Educação*, v. 35, n. 3. p. 424-433, set./dez. 2012.

Recebido: 28/02/2013

Received: 02/28/2013

Aprovado: 20/11/2015

Approved: 11/20/2015

